



Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANH. ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e5e9b8b-36fa-4e09-a777-1d3364c1efd0

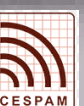


Demonstração da Dívida Flutuante do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

DDFM 2021

Publicado em março de 2021





Nossa cidade em um novo caminho



Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANH, ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e5e9b8b-3644-409-8777-1d3364c1efd0

DDFM
2021

Demonstração da Dívida Flutuante do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Órgão Central de Contabilidade Municipal

Publicado em março de 2021





APRESENTAÇÃO

A Demonstração da Dívida Flutuante do Município (DDFM), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto no Anexo XVI da Resolução TC nº 147, de 01 de dezembro de 2021.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)* respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

A Demonstração da Dívida Flutuante Municipal (DDFM), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o item 12 da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021, as quais contemplam quadros complementares com um nível maior de detalhamento dos elementos da demonstração.

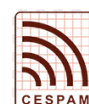
Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06, Decreto Estadual nº 48.833, ambos publicados em 20 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 51.488 publicado em 29 de setembro de 2021, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a ater-se a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

Analisando o DDFM do exercício de 2021, consta como saldo final do exercício o valor de R\$ 20.745.615,34. A seguir, são apresentadas a demonstração contábil e as Notas Explicativas detalhando os grupos de contas e com referências cruzadas.

Marcello Cavalcanti de Petribú de Albuquerque Maranhão
Prefeito

Andrews Anselmo de Vasconcelos Lima
Contador





Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANH. ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e5e9b8b-36f4-4e09-a777-1d3364c1efd0

DDFM
2021

Demonstração da Dívida Flutuante do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO

PRAÇA ESTÁCIO COIMBRA, 359 - CENTRO - 55.520-000 - Ribeirão/ PE
CNPJ: 11.343.910/0001-93



Usuário: Padrão.

Chave de Autenticação
1570-3345-993

Página
1 / 1

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa	
			Pagamento	Cancelamento			
Restos a pagar (Subtotal) (NOTA 1)	15.997.382,84	1.997.485,20	3.650.803,67	0,00	0,00	0,00	14.344.064,37
Processados							
Ano 2014	418.071,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418.071,49
Ano 2015	4.596.955,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.596.955,11
Ano 2016	1.506.064,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.506.064,16
Ano 2017	386.424,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.424,21
Ano 2018	340.271,00	0,00	5.693,86	0,00	0,00	0,00	334.577,14
Ano 2019	1.033.285,59	0,00	435.718,94	0,00	0,00	0,00	597.566,65
Ano 2020	4.941.956,85	0,00	3.209.390,87	0,00	0,00	0,00	1.732.565,98
Ano 2021	0,00	1.997.485,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997.485,20
Subtotal dos RPP (NOTA 2)	13.223.028,41	1.997.485,20	3.650.803,67	0,00	0,00	0,00	11.569.709,94
Não processados							
Ano 2014	1.077,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.077,14
Ano 2015	1.528,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528,68
Ano 2016	2.771.748,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.771.748,61
Subtotal dos RPNP (NOTA 3)	2.774.354,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.774.354,43
Depósitos (Subtotal) (NOTA 4)	7.660.750,54	14.026.706,85	15.285.906,42	0,00	0,00	0,00	6.401.550,97
CONSIGNACOES	7.510.237,83	14.026.706,85	15.285.906,42	0,00	0,00	0,00	6.251.038,26
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	150.512,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.512,71
Total (NOTA 6)	23.658.133,38	16.024.192,05	18.936.710,09	0,00	0,00	0,00	20.745.615,34

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Ribeirão, Fundo Municipal de Saúde de Ribeirão, Fundo Municipal de Assistência Social de Ribeirão, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão, Fundo de Previdência Social do Município de Ribeirão - Ribeirão Prev, Fundo de Previdência Social do Município de Ribeirão - RIBEIRÃOPREV, Consórcio Público da Mata Sul Pernambucana - COMSUL, Câmara Municipal de Vereadores de Ribeirão (Dados externos até 2018), Câmara Municipal de Vereadores de Ribeirão

Marcello Cavalcanti de Petribú de Albuquerque
Prefeito

Andrews Anselmo de Vasconcelos Lima
Contador
CT CRC-PE 028682/O-2



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com o Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

- Adaptado pelo TCE-PE conforme Anexo XVI -

(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período				Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa		
			Pagamento	Cancelamento				
Restos a pagar (Subtotal) (NOTA 1)	15.997.382,84	1.997.485,20	3.650.803,67	0,00	0,00	0,00	14.344.064,37	
Processados								
Ano 2014	418.071,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418.071,49	
Ano 2015	4.596.955,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.596.955,11	
Ano 2016	1.506.064,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.506.064,16	
Ano 2017	386.424,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.424,21	
Ano 2018	340.271,00	0,00	5.693,86	0,00	0,00	0,00	334.577,14	
Ano 2019	1.033.285,59	0,00	435.718,94	0,00	0,00	0,00	597.566,65	
Ano 2020	4.941.956,85	0,00	3.209.390,87	0,00	0,00	0,00	1.732.565,98	
Ano 2021	0,00	1.997.485,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997.485,20	
Subtotal dos RPP (NOTA 2)	13.223.028,41	1.997.485,20	3.650.803,67	0,00	0,00	0,00	11.569.709,94	
Não processados								
Ano 2014	1.077,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.077,14	
Ano 2015	1.528,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528,68	
Ano 2016	2.771.748,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.771.748,61	
Subtotal dos RPNP (NOTA 3)	2.774.354,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.774.354,43	
Depósitos (Subtotal) (NOTA 4)	7.660.750,54	14.026.706,85	15.285.906,42	0,00	0,00	0,00	6.401.550,97	
CONSIGNAÇÕES	7.510.237,83	14.026.706,85	15.285.906,42	0,00	0,00	0,00	6.251.038,26	
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	150.512,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.512,71	
Total (NOTA 6)	23.658.133,38	16.024.192,05	18.936.710,09	0,00	0,00	0,00	20.745.615,34	

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo anterior dos restos a pagar ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 14.344.064,37. A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processado ao final do exercício foi de R\$ 11.569.709,94.

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processado ao final do exercício foi de R\$ 2.774.354,43. A seguir consta do detalhamento das inscrições, cancelamentos, baixas e saldos individuais por exercício.

Depósitos (Subtotal)	7.660.750,54	14.026.706,85	15.285.906,42	0,00	0,00	0,00	6.401.550,97
2.1.8.8.1.01.01.00.00.00 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	600.617,75	4.809.285,58	4.797.629,34	0,00	0,00	0,00	612.273,99
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	2.535.014,72	1.067.504,48	939.370,32	0,00	0,00	0,00	2.663.148,88
2.1.8.8.1.01.03.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	330,00	330,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.228.246,70	1.559.839,08	1.546.546,99	0,00	0,00	0,00	1.241.538,79
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00 - ILS	449.592,80	352.719,88	404.618,93	0,00	0,00	0,00	397.693,75
2.1.8.8.1.01.09.00.00.00 - OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	1.033.382,33	632.457,08	1.475.596,91	0,00	0,00	0,00	190.242,50
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	38.951,03	38.951,03	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATARIOS	1.663.383,53	5.565.619,72	6.082.862,90	0,00	0,00	0,00	1.146.140,35
2.1.8.8.1.99.00.00.00.00 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	150.512,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.512,71

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos foi de R\$ 6.401.550,97. Estes valores foram retidos na fonte e devem ser repassados para não caracterizar apropriação indébita de valores.

Nota 5) CAUÇÕES:

O saldo final para as cauções foi de R\$ 0,00. Estes valores estão em conta bancária específica e devem ser devolvidos as empresas ao final do certame licitatório.

Nota 6) ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANH. ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
 Acesse em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 7e5e9b8b-36f4-4e09-a777-1d3364c1efdd

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com o Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios de 2020 e 2021 na ordem de R\$ 2.912.518,04, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 23.658.133,38, as inscrições totais foram de R\$ 16.024.192,05, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 18.936.710,09 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de R\$ 0,00 e baixa no valor de R\$ 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 20.745.615,34.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p>d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.</p>
<p>d.3.Recomendações aos Gestores e ao Controle Interno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na qualidade de consultoria contábil sugerimos aos gestores, diretores de contabilidade e ao controle interno atenção especial quanto ao controle dos restos a pagar processados e não processados e dos depósitos de diversas origens, conciliando, neste último caso, valores que comprometem as disponibilidades das entidades municipais, e não possuam correspondência documental. ▪ Alertamos os gestores da educação para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.
<p>d.4.Prescrição de Restos a Pagar: Em atendimento ao Decreto Federal nº 93.872/86, foram prescritos o montante de R\$ 4.229,80, relativo aos restos a pagar das entidades municipais, conforme regras contábeis estabelecidas no MCASP.</p>

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS ADAPTADAS AO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:
 O Demonstrativo da Dívida Fluante obedece a estrutura definido no Anexo XVI da Resolução TC Nº 147/2021. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Fluante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Fluante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Fluante (DDF) – Equação: $(\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO) = \sum (\text{Saldo Anterior RP} (DDF))$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Fluante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo} [F] (BP) + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP} (BF)) = \sum (SES (DDF))$. d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Fluante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Fluante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Fluante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

e.2.Descrição dos Itens Mais Relevantes dos Depósitos:

Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)
----------------------	--------------------	-------------

Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO CAVALLACANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANH. ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e5e9b8b-36f4-4e09-a777-1d3364c9f6fd

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com o Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

		2021
1º	RPPS - Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens	612.273,99
2º	Contribuição ao RGPS	2.663.148,88
3º	Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF	1.241.538,79

g.3.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com o Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2021



(De acordo com o Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANH. ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 7e5e9b8b-36f4-4e09-a777-1d3364c1efdd

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Marcello Cavalcanti de Petribú de Albuquerque Maranhão
 Prefeito

ANDREWS ANSELMO DE VASCONCELOS LIMA
 Contador
 CRC-PE Nº 02868/O-2